

# A PROFISSIONALIDADE DOCENTE EM FACE ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Faculdade de Educação – FE  
Unicamp  
Apoio: FAPESP

Vanessa Moreira Crecci  
(vancrecci@gmail.com)  
Prof. Dr. Dario Fiorentini

Palavras-chave: Profissionalidade docente, políticas públicas, currículo

## Introdução

Em 2008, a Secretaria de Educação do Estado de São Paulo (SEESP) através do programa “São Paulo Faz Escola” enviou às escolas materiais com características de apostilas. No início de 2009, professores e alunos receberam os respectivos materiais: “Cadernos do Professor” e “Cadernos do Aluno”. Neste contexto, o presente trabalho pretende analisar e compreender: como os professores estão fazendo a gestão desta nova proposta curricular; e quais as implicações dessa política no processo de desenvolvimento profissional do professor e na constituição de uma profissionalidade docente.

## Metodologia

Os sujeitos desta pesquisa são professores de matemática que lecionam na rede estadual paulista de educação. O material de análise do presente trabalho é constituído por vinte e seis questionários e cinco entrevistas semi-estruturadas de professores selecionados a partir de suas respostas nos questionários.

## Sujeitos

Os 26 professores de matemática que responderam ao questionário sobre a proposta curricular lecionam em escolas estaduais da região de Campinas, em diferentes níveis de ensino (Fundamental, Médio e EJA). A maioria dos docentes (62%) possui ou estão em curso de pós-graduação. É preciso destacar que 67% dos professores participam de grupos de estudos. Em relação à carga horária de trabalho, chama a atenção que quase a metade (46%) possui uma jornada de trabalho na escola superior a 40h semanais (Vide Gráfico).

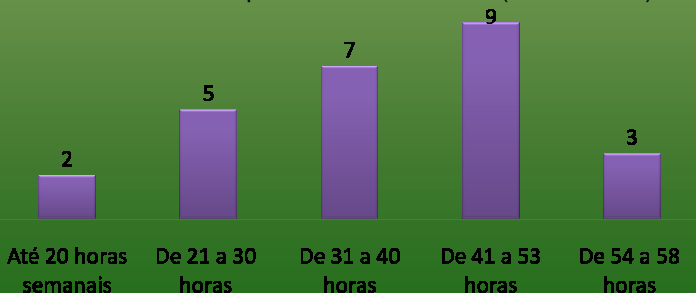


Gráfico: Carga horária semanal dos professores investigados

## Resultados Parciais

Em relação à proposta curricular, os professores reclamaram que não participaram de sua construção. Embora a SEESP afirme ter aberto uma consulta on-line, na prática, conforme depoimentos dos professores investigados, isso não ocorreu. Apenas uma professora, dentre os 26 investigados, declarou ter ouvido falar desta consulta aos professores e, mesmo assim, não conseguiu efetivar sua participação: “Fiquei sabendo da consulta (...). Mas, tinha que articular toda escola e não foi possível.” (Profa. E).

Nos questionários também sondamos a autonomia dos professores na gestão do currículo, estes destacaram a cobrança da gestão para que se cumpram o material da proposta curricular e relacionaram a política do bônus:

*Com a política de bônus, ficou complicado ter liberdade. (...) há uma cobrança muito grande dos gestores para que cumpramos o que está proposto. (...) As coordenadoras, por serem cobradas também, limitam-se a perguntar em que parte do caderno estamos, até onde conseguimos chegar. Isto é frustrante! (Profa. E)*

No entanto, na dimensão do currículo realizado, os professores realizam diversas adaptações ao currículo:

*Eu procuro fazer adaptações através de aulas motivadoras como, por exemplo, jogos, dobraduras, situações problemas para melhor compreensão do conteúdo a ser abordado e depois trabalhar com os cadernos. (Profa. Ed)*

No atual estágio dessa implementação curricular, verifica-se que os professores, a partir de diferentes valores, mobilizam saberes docentes e apresentam indícios de desenvolvimento profissional face à implementação da proposta curricular.

## Considerações Finais

É possível perceber indícios de que os professores investigados não são aplicadores acríticos das propostas curriculares que vêm da SEESP. Ao contrário, demonstram serem *resilientes*, pois projetam uma profissionalidade docente mediante a qual se constituem em sujeitos críticos de sua prática e da proposta da SEESP, selecionando o que consideram relevante e modificando ou adaptando o que não consideram pertinente à formação de seus alunos.